

Porto de Paranaguá bate recorde de embarque de milho

Novo calado permitiu 77 mil toneladas embarcadas até início de dezembro

O navio MV Minoan Pioneer foi a embarcação que, na primeira semana de dezembro, estabeleceu o novo marco de movimentação de milho no Corredor de Exportação Leste: 77 mil toneladas embarcadas.

O aumento do calado no Porto de Paranaguá é um dos principais responsáveis pelo primeiro recorde registrado no mês de dezembro. O navio MV Minoan Pioneer foi a embarcação que, na primeira semana de dezembro, estabeleceu o novo marco de movimentação de milho no Corredor de Exportação Leste: 77 mil toneladas embarcadas.

O calado é a distância entre a superfície da água e o ponto mais profundo da embarcação, a quilha. Quanto maior o calado, maior a capacidade de carregamento. A disponibilidade de um calado maior favorece a produtividade geral do Porto de Paranaguá que neste ano vai bater, novamente, o próprio recorde de embarque e desembarque de mercadorias.

“Nosso objetivo é receber navios cada vez maiores, que possam embarcar mais mercadorias, mantendo a excelência no atendimento. Este recorde é prova de que estamos no caminho certo”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.



Claudio Neves/Porto do Paraná

Maior calado permite entrada de navios maiores e mais carregados

Em setembro de 2025, o calado operacional dos berços destinados a grãos sólidos — incluindo milho e soja — no Porto de Paranaguá subiu de 13,1 m para 13,3 m. Com esse aumento de 20 centímetros, cada embarcação pode transportar até 1,5 mil toneladas a mais do que na marca anterior.

Navios mais carregados

“A possibilidade de navios mais carregados, aliada à nossa eficiência operacional, consolida o Porto de Paranaguá

como ponto estratégico para exportação de grãos, contribuindo para a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional”, destacou o diretor de Operações Portuárias da Portos do Paraná, Gabriel Vieira.

O milho foi a commodity que mais cresceu em produtividade nos portos paranaenses entre janeiro e novembro deste ano. No acumulado de 2025, foram 4.571.970 toneladas movimentadas, um avanço de

351% em relação ao mesmo período de 2024 (1.013.174 toneladas). Entre os fatores que impulsionaram o crescimento no corredor de exportação estão a safra recorde e a maior demanda internacional.

O alto índice registrado em Paranaguá contrasta com o desempenho nacional, em que a exportação do produto não segue a mesma tendência. O Brasil deve fechar 2025 com mais de 140 milhões de toneladas colhidas, mas a maior parte foi

absorvida pelo mercado interno, principalmente pela produção de etanol. Cerca de 40 milhões de toneladas estão sendo destinadas à exportação — a maior parte embarcada em Paranaguá. Países do Oriente Médio e da Ásia estão entre os principais compradores.

O resultado alcançado no embarque de milho, favorecido pelo novo calado, é apenas uma demonstração do que está por vir no Porto de Paranaguá com a efetivação da concessão do Canal de Acesso.

Com o leilão realizado em outubro deste ano na B3, o Consórcio Canal da Galheta Dragagem — formado pelas empresas FTS Participações Societárias S.A., Deme Concessions NV e Deme Dredging NV — deverá realizar investimentos de R\$ 1,2 bilhão nos cinco primeiros anos da concessão.

Entre as obrigações está a ampliação e o aprofundamento do canal, permitindo o aumento do calado para 15,5 metros. Esse acréscimo de mais de dois metros representa um adicional de 14 mil toneladas de grãos sólidos vegetais ou de mil contêineres em um único navio. A concessionária também deverá realizar a manutenção do canal, que possui 34,5 km de extensão.

RS: quilombolas pedem registro de saberes

João Vicente Ribas/Emater/RS-Ascar

Na última semana representantes das 10 Comunidades Quilombolas do Litoral Médio gaúcho, distribuídas entre Maquiné e São José do Norte, estiveram reunidas no Quilombo da Casca, em Mostardas. O encontro teve o propósito de formalizar a solicitação de registro dos “Saberes da Agricultura e Expressões da Fé” como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul. O registro reconhece a importância desses saberes e garante ações de salvaguarda e preservação do patrimônio imaterial do Estado.

A reunião foi organizada pela Secretaria da Cultura (Sedac), por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Emater/RS-Ascar e a Associação Comunitária Dona Quitéria, de Mostardas, anfitriã do evento. A iniciativa é resultado de dois anos de trabalho conjunto, período em que foi realizado o inventário das referências

culturais das comunidades.

O pedido destaca as redes intercomunitárias que conectam os quilombos através de práticas agroalimentares compartilhadas e manifestações religiosas, como os Ternos de Reis, Ternos de Santos Padroeiros e celebrações em devoção à Nossa Senhora do Rosário. A assinatura do termo de anuência por lideranças quilombolas dá início à instrução do processo de patrimonialização, que será conduzido pelo Iphae.

Na ocasião, o antropólogo do Iphae, Yves Marcel Seraphim, apresentou a versão preliminar do livro “Comunidades Quilombolas do Litoral Médio: inventário de referências culturais”, elaborado por equipes do Departamento de Memória e Patrimônio (DMP) da Sedac, e do Iphae. A publicação, em fase final de edição, reúne dados levantados em campo pelos extensionistas da Emater/RS-Ascar em 2024, com base em metas contratadas pela SDR, e inclui

proposições para fortalecer políticas culturais voltadas às comunidades quilombolas.

O próximo passo do processo é a elaboração do parecer técnico pelo Iphae, documento que será encaminhado à apreciação da Câmara Temática do Patrimônio Cultural Imaterial (CTPCI), órgão colegiado ligado ao Instituto. Se aprovado, o registro será submetido à assinatura do Secretário de Estado da Cultura.

Primeiro patrimônio

O registro de bens culturais imateriais no Rio Grande do Sul está previsto na Lei nº 13.678/2011, atualizada pela Lei nº 14.155/2012, e regulamentada pelo Decreto nº 54.763/2019. Mesmo com o marco legal estabelecido, antes de 2023 nenhum registro foi oficializado. Atualmente, o Estado conta com cinco bens imateriais reconhecidos. O primeiro foi o Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional.



O livro “Comunidades Quilombolas do Litoral” foi apresentado